



BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Diretor-Presidente

Caro(a) leitor(a),

2021 foi um ano marcante para a nossa BB DTVM! Mesmo com cenário macroeconômico bastante desafiador, ao longo das páginas desse relatório, será possível perceber o que um **time comprometido e engajado é capaz de fazer: marcas históricas e resultados relevantes!**

Sim, encerramos 2021 comemorando o **recorde** memorável de **R\$ 1,36 trilhão** de recursos de terceiros sob nossa gestão ou, em outras palavras, **celebrando a confiança de 20,6% do mercado de fundos de investimento brasileiro**. Porque, para nós, mais do que um expressivo *market share*, estamos falando de milhões de pessoas que **escolheram a Asset do Banco do Brasil para cuidar do que é valioso para elas**. E esta é a nossa maior recompensa!

No presente relatório, você verá que foram muitas realizações... Apresentamos o lucro bruto de **R\$ 2,77 bilhão**, 5,5% superior a 2020, ampliamos o portfólio de fundos de investimento ofertados, fechamos novas parcerias para distribuição de fundos por conta e ordem, registramos mais de **R\$ 1,26 trilhão** de ativos com triagem ASG (um incremento de 95,4% em relação a 2020), investimos em projetos estruturantes que capacitam a empresa em tecnologia e transformação digital, entre tantas outras conquistas. Falando em ASG, realizamos doações a dezenas de projetos ligados ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), ao Fundo do Idoso e à Atenção Oncológica (PRONON), além de apoiar o Esporte, patrocinando atletas do surf feminino, e a Cultura, por meio de projetos do CCEB. Apoiamos também projetos, via Fundação BB (FBB), de Ajuda Humanitária; Brasileiros pelo Brasil; e Semeando a Economia Verde.

E o mais importante, entregamos tudo isso do **melhor jeito BB de fazer: com ética, confiabilidade e transparência**, como atestam os vários selos e certificações de qualidade que recebemos, como o **IG SEST – Índice de Governança das Estatais**, em que obtivemos o nível máximo de excelência, apenas para citar um exemplo. É claro que obter tudo este reconhecimento, registrar números dessa magnitude e ser empresa líder de mercado nos enchem de orgulho, afinal tudo isso é fruto de **estratégia, dedicação e trabalho consistente de muitos**. Mas, cumpre destacar que de forma alguma, tais resultados nos fazem acomodar ou deixar de atentar para potenciais ameaças. Pelo contrário, **sabemos de nossa responsabilidade de entregar ainda melhor!** Mais do que isso, nossa responsabilidade é não somente antever o futuro, mas fazê-lo acontecer! E por isso, seguimos em 2022 com projetos estruturantes, em que a tecnologia figura no centro da estratégia, monitorando tendências de mercado, consolidando a cultura *data-driven* e inovando com produtos e serviços que atendam os mais variados perfis de investidor. Tudo isso para garantir a melhor experiência para nosso cliente: o nosso grande protagonista!

Portanto, aproxime-se, e boa leitura!

Aroldo Medeiros
Diretor Presidente

DESTAQUES 2021

	2021	2020
CAPITAL FINANCEIRO		
Lucro Líquido	R\$ 1.591,9 MM	R\$ 1.545,0 MM
Margem Operacional ¹	91,13%	88,50%
Índice de Eficiência ²	5,24%	4,73%
Ativos sob gestão (<i>market share</i>) – Ranking ANBIMA	20,56%	20,18%
CAPITAL HUMANO		
Índice de satisfação – Pesquisa GPTW (<i>Great Place to Work</i>) ³	77	77
Investimento em pessoal (Treinamento)	R\$ 1.272 mil	R\$ 1.092 mil
SUSTENTABILIDADE		
Ativos com triagem sob aspectos ASG	R\$ 1.267,9 Bi	R\$ 648,8 Bi

A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM apresenta o Relatório da Administração relativo ao exercício de 2021, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A Empresa

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas.

Somos líderes desde 1994 na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). Contamos com uma equipe de 289 profissionais (datação em 31.12.2021) de alto nível de qualificação e comprometimento, e estruturamos fundos de investimento destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking de Gestão de Recursos de Terceiros da ANBIMA, destacamo-nos como a maior gestora do país, registrando volume total de R\$ 1.364,3 bilhões e *market share* de 20,56% em dezembro/2021.

Deste modo, encerramos o ano de 2021 com um crescimento de 15,7% no volume administrado de recursos de terceiros, em relação ao encerramento de 2020 (R\$ 1.177,1 bilhões).

Além dos recursos computados para efeito de *ranking* entre as instituições participantes do mercado, gerimos e administramos R\$ 78,6 bilhões em fundos Extramercado.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Enquanto subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adotamos as melhores práticas de governança. Possuímos Conselho de Administração próprio, com participação de membros independentes e representante dos empregados, e nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Respeitamos a segregação de atividades conforme prescrito pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuímos, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão e utilizamos, por compartilhamento, a estrutura de Auditoria Interna do BB S.A.

Por decisões das Assembleias Gerais de Acionista de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderimos aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e de Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN nº 3.198/2004, CMN nº 3.921/2010, Decreto nº 8.945/2016 e CMN nº 4.557/2017, respectivamente.

Adotamos o modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, e contamos com comitês internos de instâncias deliberativas. Acreditamos que decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades. Dentre os comitês, destacamos o Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos que visa identificar e analisar riscos e definir ações de controle e monitoramento, o que reduz a probabilidade de que um evento negativo impacte os objetivos da BB DTVM.

Nosso compromisso com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador, é reforçado por meio da adoção das boas práticas de governança e monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos nossos negócios e atividades, incluindo as políticas da empresa. Desde 2010 participamos do *Principles for Responsible Investment - PRI* e, em 2016, aderimos, ao Código Brasileiro de Stewardship.

A arquitetura estratégica da BB DTVM é composta por um conjunto de documentos a serem observados pela empresa e que visam orientar a sua atuação, fornecendo os rumos dos negócios, com metas e objetivos de curto, médio e longo prazo.

A Estratégia Corporativa (EC) contém os direcionamentos da condução dos negócios em Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, no longo prazo e alinhado à estratégia do Controlador; o Plano Diretor possui as metas decorrentes dos Objetivos Estratégicos da empresa, com metas para cada ano dos próximos 5 anos; a Declaração de Apetite e tolerância aos Riscos define o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos estratégicos, considerando as restrições gerenciais e regulatórias; e o Plano de Negócios orienta a atuação negociada da empresa, contendo a projeção dos resultados e das despesas administrativas para cada ano dos próximos 5 anos. Estes documentos são revisados no mínimo anualmente pelo Conselho de Administração.

Ainda, a arquitetura é composta pelo Plano Estratégico de TI e o Acordo de Trabalho, com metas de 1 ano, revisados anualmente e com alçada de aprovação da Diretoria Executiva.

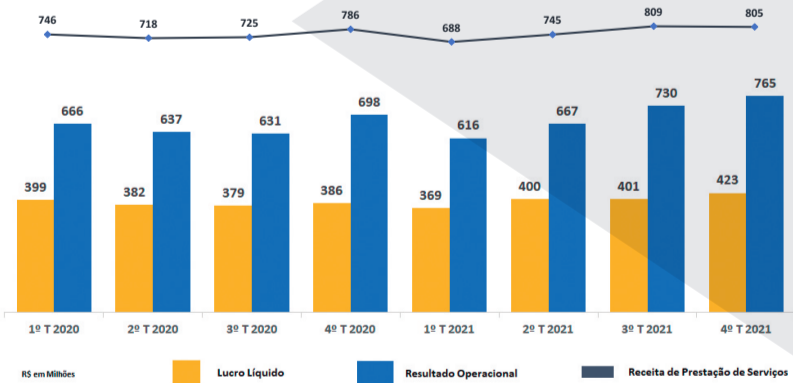
Em 2021, mantivemos nosso compromisso com o fortalecimento da governança da BB DTVM, destacando a responsabilidade socioambiental, conformidade, transparência e prestação de contas. Foram aprovadas ou revisadas no exercício de 2021 pelo Conselho de Administração: (i) a adesão à Política de Segurança Cibernética do Banco do Brasil S.A.; (ii) Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção; (iii) Controles Internos e Conformidade (Compliance); Risco dos Recursos da Carteira Própria: Gestão de Risco de Mercado, Gestão de Risco de Liquidez e Gestão de Risco de Crédito e Plano de Contingência de Liquidez da Carteira Própria da BB DTVM; (iv) Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez para Fundos de Investimento e Carteiras Administradas; (v) Divulgação de Informações; (vi) Participações Societárias; (vii) Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2021; (viii) Investimentos dos Recursos Próprios da BB DTVM; (ix) Conversão da Política Específica Governança Corporativa da BB DTVM em Código de Governança Corporativa, em alinhamento ao Controlador Banco do Brasil S.A.; (x) Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo RCC, e de Concentração em Fundos e Carteiras Administradas; (xi) Políticas Associadas ao Risco Operacional: Risco Legal, Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN); Gerenciamento de Risco Operacional; (xii) Transação com Partes Relacionadas; (xiii) Responsabilidade Socioambiental; (xiv) Gestão de Risco de Estratégia; (xv) Gestão de Risco de Reputação; e (xvi) Adesão à Política Específica de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil S.A..

A BB DTVM participou do 5º Ciclo do Indicador de Governança – IG-Sest da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Sest, obtendo Nível I em governança corporativa.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Encerramos o ano de 2021 com lucro líquido de R\$ 1.591,9 milhões, resultado 3,0% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior. O nosso resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R\$ 2.776,9 milhões, contra R\$ 2.632,1 milhões no ano anterior, com incremento de 5,5%.

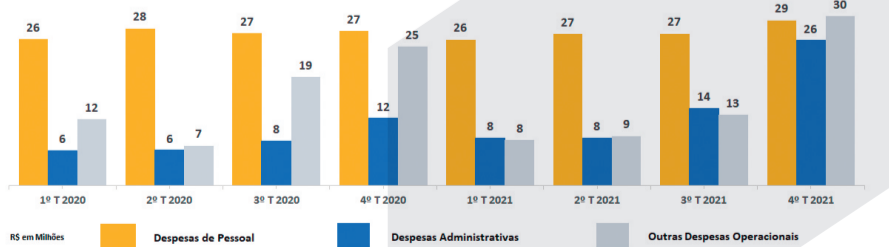
O lucro líquido corresponde à soma dos resultados operacional e não operacional da empresa, após o desconto de impostos e participações nos lucros. O resultado operacional representa aquilo que a empresa lucrou com suas atividades de gestão e administração de recursos de terceiros, já deduzidas as despesas tributárias, administrativas e outras despesas operacionais.



As nossas receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias acumuladas no ano de 2021 totalizaram R\$ 3.047,3 milhões, contra R\$ 2.974,3 milhões no mesmo período do ano anterior, um incremento de 2,5%, devido, principalmente, ao incremento em nosso patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), resultante da variação do valor dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras, e da captação de recursos.

As despesas operacionais da empresa envolvem gastos com a manutenção de sua estrutura administrativa, a remuneração dos funcionários, entre outros dispêndios relacionados às suas operações.

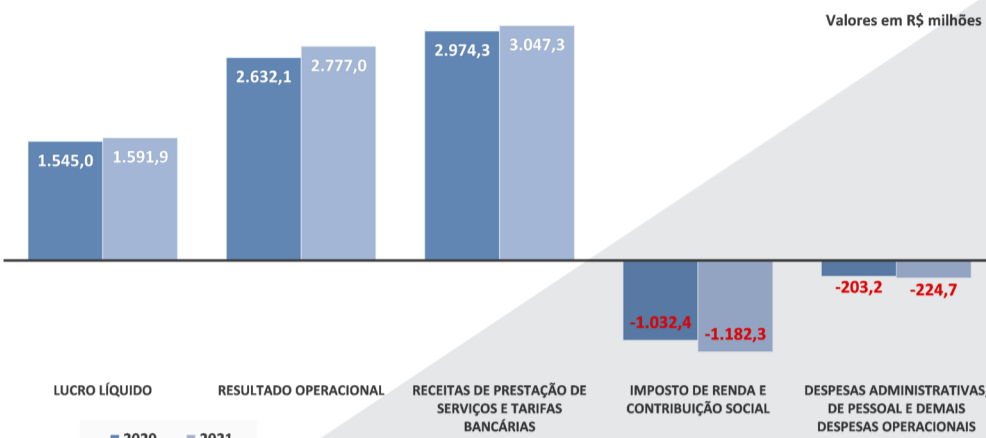
O crescimento das despesas operacionais no 4º trimestre de 2021 teve como causas principais: o acréscimo nas despesas com Processamento de Dados (soluções de TI) e nas Doações Filantrópicas (Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, PRONON e Fundo do Idoso). Adicionalmente, tivemos elevação nos valores relativos às Outras Despesas Operacionais, em decorrência da necessidade de reforço nas Provisões para Passivos Contingentes. No gráfico a seguir, temos a composição de nossas despesas operacionais⁴:



O volume total de nossas despesas administrativas e operacionais, frente às nossas receitas, resultou em um aumento do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas de pessoal e outras despesas administrativas, e as receitas operacionais, deduzidas das outras despesas operacionais, passando de 4,73% no ano de 2020 para 5,24% para o mesmo período de 2021.

1 Margem Operacional – Resultado Operacional / Receitas de Prestação de Serviços.
 2 Índice de Eficiência – Despesas Administrativas / (Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Receitas de Prestação de Serviços + Outras Receitas Operacionais + Outras Despesas Operacionais).
 3 Pesquisa iniciada em 2020.
 4 No grupamento das Outras Despesas Operacionais, consideramos o valor da conta de Despesas com Contingências (-R\$12,2 MM). Na Demonstração do Resultado, o valor líquido das Provisões (+R\$ 3,4 MM) resulta da diferença entre esses Aprovisionamentos e as Reversões de Provisões para Contingências (+R\$ 15,6 MM).

O gráfico abaixo apresenta os principais componentes do resultado dos exercícios de 2020 e 2021¹:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2021 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o ano de 2021, destacamos:

- Ampliamos nossos esforços de capacitação e apoio à força de vendas do Banco do Brasil S.A., contribuindo na qualificação da oferta de fundos de maior valor agregado, especialmente os fundos multimercados e fundos de ações. Destacamos a criação de programas de incentivo e reconhecimento à força de vendas e a criação de eventos de capacitação recorrentes com a participação de analistas e gestores;
- Iniciamos um Programa de Educação Financeira, buscando contribuir com o desenvolvimento da sociedade através do patrocínio a iniciativas com fins educacionais. Destacamos o patrocínio ao Programa de Difusão da Indústria de Fundos, iniciativa da FGV EAESP, com a realização de quatro eventos virtuais abertos ao público ao longo do 2º semestre de 2021. Implementaremos novas iniciativas nesta frente ao longo do ano de 2022;
- Realizamos eventos exclusivos com clientes, especialmente nos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e Institucionais, buscando estreitar o relacionamento com esses públicos, oferecendo soluções cada vez mais adequadas às suas necessidades e expectativas;
- Na distribuição por Conta e Ordem, pela qual iniciamos a comercialização de nossos fundos através de corretoras e plataformas de investimento em 2019, terminamos 2021 com 14 parcerias de distribuição ativas: BTG Digital, Nu Invest, Modal Mais, Necton, Ativa, Orama, CM Capital, Warren, Guide, XP, Rico, Nova Futura, C6 e Inter. Temos 8 fundos de investimento sendo distribuídos nestes canais;
- Desenvolvemos novo Plano de Comunicação de posicionamento da marca BB DTVM com os atributos Liderança, Expertise, Solidez e Inovação, destacando a empresa como uma gestora que disponibiliza aos investidores fundos de investimento inovadores e eficientes. Dentre as principais ações realizadas estão a ampliação de nossa atuação no LinkedIn, por meio da showcase BB DTVM, com divulgação de conteúdos e atuação da gestora na indústria de fundos de investimento, novos patrocínios a eventos culturais e à atletas olímpicas do surfe. Destacamos também a presença da BB DTVM no Metaverso, na cidade virtual do "Complexo", servidor de RolePlay, além da atuação destacada nas comunicações internas do Banco do Brasil S.A., ampliando o protagonismo do produto Fundos de Investimento frente a força de vendas;
- Investimos continuamente em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos colaboradores, proporcionando ações educacionais *lifelong learning*, que contribuem para melhorar a experiência do funcionário, refletindo em maior eficiência e melhores resultados para a Empresa. No ano de 2021, foram concedidas quatro bolsas de pós-graduação, duas bolsas de mestrado, além da contratação de cursos externos para desenvolvimento de conhecimentos técnicos e competências comportamentais. Mantivemos forte a indução em capacitação nos temas relacionados à Inovação e Analytics, através de conteúdos teóricos e práticos. Atualmente, contamos com 229 profissionais CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA Série 20); 29 profissionais CEA (Certificação para Especialista em Investimento Anbima); 95 profissionais CGA (Certificação de Gestores Anbima); 98 profissionais CFG (Certificação de Fundamentos em Gestão Anbima); 40 profissionais certificados em CFP (Certified Financial Planner); 3 profissionais CFA (Chartered Financial Analyst); e 1 profissional FRM (Financial Risk Management);
- Procedemos a otimização da estrutura de Fundos Offshore baseados na Irlanda (BB Unit Trust). Com o objetivo de reduzir os custos operacionais e desonerar o conglomerado, houve a contratação de uma ManCo terceirizada (KBA), que é responsável pela governança dos fundos junto à autoridade irlandesa, permitindo ao BB a opção de fechamento da ManCo BB AMLI, otimizando a estrutura sem afetar a qualidade na prestação de serviços.

PREMIAÇÕES:

- Melhor Gestora de Fundos de Renda Fixa, Ranking Guia de Fundos FGV (Fevereiro/2021);
- Melhores Fundos para Investidores Institucionais - 34 Fundos considerados Excelentes, Revista Investidor Institucional (Edição 334 - Março/2021);
- Melhor Banco e Plataforma para Investir - Melhor Gestora de Fundos de Renda Fixa, publicado pela FGV - Portal de Fundos (Março/2021);
- Maior Gestor no ranking Geral e nas Categorias: Varejo, Previdência Aberta, Fundos de Pensão, Governo e Fundos Governamentais e Fundos Exclusivos - Top Asset, Revista Investidor Institucional (Edição 335 - Abril/2021);
- Melhores Fundos para Investidores Institucionais – 33 Fundos considerados Excelentes, Revista Investidor Institucional (Edição 339 – Agosto/2021);
- Guia Valor de Fundos de Investimento – Destaque nas Categorias Ações Índice, Prefixado Renda Fixa Ativo, Investimento no Exterior e Renda Fixa DI (<https://valor.globo.com/guia-de-fundos> - Agosto/2021);
- Ranking Mais Retorno – BB Ações Siderurgia e BB Ações Exportação eleitos entre os 10 mais rentáveis fundos de ações de janeiro a julho de 2021 (maisretorno.com – Agosto/2021);
- Estação Finanças Mais – 1º lugar na categoria Corretoras e Distribuidoras (<https://publicacoes.estadao.com.br/financasmais>) – Setembro 2021;
- Maior Gestor no ranking Geral e nas categorias Varejo, Corporate, Previdência Aberta, Fundos de Pensão e Governo, Top Asset, Revista Investidor Institucional (Edição 340 – Setembro/2021).

CERTIFICAÇÕES:

- Desde 2006, possuímos o grau máximo de qualidade, MQ1. Em junho de 2021, a *Moody's Local Brasil* revalidou sua visão sobre a excelente gestão de ativos da BB DTVM. Considero que a BB DTVM possui uma excelente infraestrutura de investimento, com oferta de produtos diversificada, base de clientes variada e controles de risco sólido. A *Moody's Local Brasil* considera o resultado da gestora como sendo forte e em linha com a sua avaliação MQ1 br;
- Em agosto de 2021, a *Fitch Ratings* reafirmou a nota "Excelente", considerada máxima em uma escala de 5 níveis. Segundo a Fitch, a BB DTVM possui capacidade de investimento e características operacionais muito fortes, um processo de investimento robusto e bem disciplinado, e forte geração de receitas e lucratividade. Também considera a estrutura organizacional bem segregada e segmentada, a equipe experiente e a robusta estrutura de risco e controles;
- Desde 2012, o nosso processo de análise de risco de crédito possui a "Certificação Internacional ISO 9001" para seu Sistema de Gestão da Qualidade, o que dois meses renomadados títulos em qualidade de serviços. A certificação foi renovada em 2018, pela Fundação Vanzolini, com migração para a norma ISO 9001:2015;
- Em abril de 2021, a BB DTVM recebeu novamente o selo *Great Place to Work (GPTW)*, como um dos melhores lugares para trabalhar. O selo é resultado do trabalho da BB DTVM em suas práticas de Gestão de Pessoas, na disseminação da Cultura de Inovação e de uma Liderança Participativa.

NOVOS PRODUTOS:

- Em 2021, lançamos 98 novos fundos: 41 para o segmento Private, 41 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar) e 16 fundos multicotistas disponíveis para diversos segmentos;
- Destacamos, entre os lançamentos, os fundos: BB Ações Agro, BB Ações Games e BB Ações ASG Brasil, fundos temáticos com estratégias diferenciadas, com captação superior a R\$ 350 milhões no 1º semestre. Além disso, lançamos no 2º semestre o BB Fiagro (BBG011) com captação próxima de R\$ 400 milhões. A maior captação em um fundo de investimento nas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro;
- Ampliamos o portfólio de fundos que alocam no exterior, com os fundos BB Ações BRL Universal Brands, BB Ações BRL Mirae Asset Asia Great Consumer, BB Ações FX Nordea Global Climate and Environment e BB Ações Nordea Global Disruption ESG, disponíveis para investimento por clientes dos segmentos EFPCs, RPPS, Institucionais e Investidores Qualificados dos segmentos Private e Varejo, ampliando as oportunidades de diversificação internacional do portfólio para clientes do Banco do Brasil S.A.;
- Para a Brasilprev, ampliamos a grade de arquitetura aberta com o lançamento de três novos fundos espelhos, Brasilprev Verde Long Bias, Brasilprev Kinea Sigma e Brasilprev Occam. Além disso, lançamos dois fundos para o Plano Tradicional, dois novos TOPs e três FICs da família Allocation para o segmento Private;
- Por fim, cabe mencionar a ampliação do portfólio de fundos domiciliados no exterior, com lançamento da estratégia Allocation Balance, derivada do modelo de alocação no exterior (MAPA Offshore), nas Ilhas Cayman, para investidores profissionais, e na Irlanda, para clientes qualificados, disponibilizando mais uma oportunidade de diversificação internacional para investimento do segmento Private. Além disso, houve a criação de um fundo exclusivo no exterior, baseado em Cayman, para um cliente Wealth, confirmando o grande potencial desses produtos naquele segmento.

SUSTENTABILIDADE

Alinhados aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas.

Participamos do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, participamos do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima, criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Reconhecemos os padrões de Melhores Práticas de Governança como forma de melhoria do ambiente de negócios e geração de valor de longo prazo para as companhias e todas as suas partes interessadas em nosso processo de avaliação de investimentos.

Acreditamos que a incorporação de boas práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) nas atividades da gestora podem impactar positivamente o valor que fornecemos aos nossos milhares de cotistas. Nossa abordagem ASG está consolidada em nossas estratégias de investimento e produtos, convergindo aos Princípios de Investimento Responsável - PRI.

Avaliamos, qualitativamente, a sustentabilidade das empresas com a adoção de filtros positivo/best-in-class para ações e filtros positivos e negativos para dívida corporativa, baseados em:

- Estrutura de Governança Ética e Integridade;
- Social;
- Meio Ambiente;
- Índices de Sustentabilidade; e
- Alinhamento com o Padrão GRI.

Para os ativos de renda variável, elaboramos ranking com as companhias mais bem colocadas e sua disponibilização aos gestores influencia diversas estratégias de alocação de ações.

Para as operações de crédito privado, os aspectos ASG compõem uma régua qualitativa e quantitativa que influencia a tomada de decisão, podendo implicar a objeção ao limite de crédito, redução ou ampliação do limite.

Na análise de títulos soberanos, aplicamos matriz independente de pontuação para atribuir Rating Soberano ASG. Por meio de análise de cenário ASG e incorporação de riscos socioambientais, o rating busca refletir a capacidade e disposição de um governo em honrar com suas obrigações financeiras considerando a influência de fatores políticos, de governança, sociais e ambientais no longo prazo.

Quanto ao Exercício de Direito de Voto em Assembleias pelos Veículos de Investimento, seguimos as práticas definidas pelo Código da Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, no que tange à avaliação das matérias relevantes obrigatórias. Em alguns casos, de forma excepcional e sempre no interesse do cotista, avaliamos itens considerados como não obrigatórios, como, por exemplo, remuneração dos administradores.

Possuímos, também, metodologia própria para a habilitação dos candidatos indicados aos Conselhos de Administração e Fiscal, influenciando ativamente na melhoria de governança das companhias investidas pelos Veículos de Investimento.

Em atendimento às Resoluções CMN nº 4.327 e nº 4.557, em novembro de 2021, revisamos a Política de Responsabilidade Socioambiental da BB DTVM. Além disso, para afirmar nossos compromissos com a adoção de práticas de investimento responsáveis, de forma transparente e pública, possuímos a Diretriz de Investimento Responsável.

Assinamos a Declaração do Investidor em apoio ao relatório "Dever Fiduciário do Século XXI", iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devam atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Em 2018, a empresa aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles – WEPs), criados pela ONU Mulheres em parceria com o Pacto Global. Os WEPs são um conjunto de medidas que ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino.

Atualmente, administramos vinte e dois fundos de investimento com características ASG.

5 O somatório das Despesas Administrativas, de Pessoal e Demais Despesas Operacionais considera os valores de Despesas com Contingências (-R\$12,2 MM), conforme explicado na Nota Referencial 4.





BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

25 Fundos com Estratégia ASG	Patrimônio Líquido - R\$ milhões				
	Jan/2021	Mar/2021	Jun/2021	Sep/2021	Dez/2021
BB AÇÕES SUSTENTABILIDADE FIC AÇÕES	27	25	39	31	27,5
BB GOVERNANÇA FIC AÇÕES	1.218	1.207	1.351	1.121	994,6
BB AÇÕES CARBONO SUSTENTABILIDADE FIC AÇÕES	3	3	3	3	2,5
BB GLOBAL VITA PRIVATE FIC MULTIMERCADO LP	588	632	588	541	519,2
BB GLOBAL GREEN PRIVATE FIC MULTIMERCADO LP	401	430	386	375	374,5
BB EQUIDADE FIC AÇÕES	255	245	279	210	174,2
BB ASSET EQUIDADE FIC AÇÕES	2	2	4	3	2,3
BB EQUIDADE FIC AÇÕES	50	51	65	47	38,2
BB EQUIDADE PRIVATE FIC AÇÕES	204	192	207	157	130,4
BB AÇÕES ESG FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	735	1.209	1.446	1.932	2.396,7
BB AÇÕES ESG GLOBAIS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I	609	990	998	1.182	1.468,4
BB ASG BRASIL FIC AÇÕES	-	-	8	11	9,9
BB NORDEA GLOBAL DISRUPTION ESG INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	-	-	18	58,1
BB ASSET NORDEA GLOBAL DISRUPTION ESG INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	-	-	1	1,3
BB FX NORDEA GLOBAL DISRUPTION ESG PRIVATE INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	-	-	18	53,3
BB TOP NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	-	-	-	30,8
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	346	486	1.087	1.167	1.266,5
BB ASSET NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	1	2	3	3	7,8
BB FX NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	-	-	148	147	168,8
BRASILPREV TOP ASG BRASIL FIC AÇÕES	23	88	110	127	108,4
BRASILPREV TOP ASG INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	106	288	538	786	757,0
BRASILPREV PRIVATE ASG FIC MULTIMERCADO	32	129	164	146	125,3
BB TOP ASG FIC MULTIMERCADO LP	-	-	-	-	254,1
BB ASG FIC MULTIMERCADO LP	-	-	-	-	206,9
BB ASG PRIVATE FIC MULTIMERCADO LP	-	-	-	-	47,7
TOTAL	3.702	4.613	6.836	6.323	6.974

Adicionalmente aos fundos com estratégia de investimento ASG listados acima, a BB DTVM transfere 50% da taxa de administração do Fundo BB Renda Fixa Referenciado DI Social 50 para a Fundação Banco do Brasil, onde são aplicados em projetos que visam contribuir com a transformação social e o desenvolvimento sustentável do país.

GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos – mercado, liquidez, crédito, operacional, estratégia, reputação e segurança da informação - inerente aos seus produtos e serviços.

Risco de Mercado

Utilizamos, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (Value at Risk ou VaR) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou divulgados pela BM&F. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como Tracking Error, Duration, Perda Máxima, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo, utilizamos a métrica de LVaR. Referida métrica, similar ao VaR (Value at Risk), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	5	5.423	808
Ativos Financeiros		3.635.807	2.624.467
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.a	2.608.433	2.174.306
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.a	453.345	15.776
Rendas a receber	8	46.740	119.702
Negociação e intermediação de valores	9.a	463.330	249.722
Outros ativos financeiros	10.a	63.959	63.961
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(530)	(680)
(Outros ativos financeiros)	11.a	(530)	(680)
Ativos Fiscais		63.453	54.047
Correntes		57.604	46.964
Diferidos	16.e	5.849	7.083
Investimentos	12	2.000	2.000
Outros investimentos		2.019	2.019
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(19)	(19)
Outros Ativos	10.b	4.634	9.669
TOTAL DO ATIVO		3.710.787	2.690.311

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		117.717	140.868	36.664
Renditas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.b	66.760	89.562	33.018
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.b	50.957	51.306	3.646
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		137	150	60
Outros ativos financeiros	11.a	137	150	60
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		117.854	141.018	36.724
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		1.379.228	2.632.499	2.595.837
Receitas de prestação de serviços	13.a e 13.b	1.614.072	3.047.253	2.974.272
Despesas de pessoal	13.c	(56.246)	(109.029)	(108.251)
Outras despesas administrativas	13.d	(39.432)	(56.236)	(32.269)
Despesas tributárias	16.c	(113.107)	(209.772)	(200.725)
Outras receitas/despesas	13.e e 13.f	(26.059)	(39.717)	(37.190)
Provisões		(2.648)	3.446	(466)
Fiscais, cíveis e trabalhistas	19.b	(11.424)	(5.330)	(527)
Outras		8.776	8.776	61
RESULTADO OPERACIONAL		1.494.434	2.776.963	2.632.095
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	--	--	(52.361)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.494.434	2.776.963	2.579.734
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16.a	(669.710)	(1.182.260)	(1.032.409)
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.254)	(2.816)	(2.313)
LUCRO LÍQUIDO		823.470	1.591.887	1.545.012
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R\$)		8,23	15,92	15,45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.494.434	2.776.963	2.579.734
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.286	5.179	44.719
Reversão de provisões operacionais	(137)	(150)	(60)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	--	--	(8.109)
Reforço de provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	11.423	5.329	527
Perdas em ações e cotas	--	--	52.361
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.505.720	2.782.142	2.624.453
Variações Patrimoniais	(42.307)	(909.351)	(978.516)
(Aumento) Redução em rendas à receber	(2.056)	72.961	(80.483)
(Aumento) Redução em negociação e intermediação de valores	359	(1.018)	198.417
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros e não financeiros	64.087	(5.713)	11.887
Redução em outros valores e bens	42	2	7
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(79.858)	(1.001.473)	(875.971)
Redução em outras obrigações sociais e estatutárias	(729.205)	(997.814)	(232.373)
Aumento em outros passivos financeiros e não financeiros	704.324	1.023.704	--
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	1.463.413	1.872.791	1.645.937
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Baixa/Alienação de títulos disponíveis para venda	(140.319)	(429.283)	27.796
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(140.319)	(429.283)	27.796
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(735.553)	(1.004.766)	(916.577)
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(735.553)	(1.004.766)	(916.577)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	587.541	438.742	757.156
Início do período	2.026.315	2.175.114	1.417.958
Fim do período	2.613.856	2.613.856	2.175.114
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	587.541	438.742	757.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias				
Saldos em 31.12.2019		109.699	1.362	21.939	--	--	--	--	133.174
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	15.d	--	--	--	--	1.536	(1.362)	--	(1.383)
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	93	--	--	--	(93)	--	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	1.545.012	1.545.012
Destinações:	15.c	--	--	--	--	--	--	--	--
- Reservas	--	--	--	--	1.081.508	--	--	(1.081.508)	--
- Dividendos (R\$ 4.635,04 por lote de mil ações)	--	--	--	--	--	--	--	(463.504)	--
Saldos em 31.12.2020		109.699	1.455	21.939	1.081.508	153	(1.455)	--	1.213.299
Mutações do exercício		93	--	--	--	(1.383)	(93)	--	1.080.125
Saldos em 30.06.2021		606.573	1.616	60.360	584.634	1.287	(1.616)	--	1.252.854
Aumento de Capital - capitalização de reservas	--	584.634	--	--	(584.634)	--	--	--	--
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	--	--	--	--	--	6.152	--	--	6.152
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	823.470	823.470
Destinações:	15.c	--	--	--	--	--	--	--	--
- Reservas	--	--	--	41.174	--	--	--	(41.174)	--
- Dividendos (R\$ 7.822,96 por lote de mil ações)	--	--	--	--	--	--	--	(782.296)	--
Saldos em 31.12.2021		1.191.207	1.616	101.534	1.081.508	153	(1.616)	--	1.300.180
Mutações do período		584.634	--	41.174	(584.634)	6.152	--	--	47.326
Saldos em 31.12.2020		109.699	1.455	21.939	1.081.508	153	(1.455)	--	1.213.299
Aumento de Capital - capitalização de reservas	--	1.081.508	--	--	(1.081.508)	--	--	--	--
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	15.d	--	--	--	--	7.286	--	--	7.286
Transações com pagamento baseado em ações	--	--	161	--	--	--	(161)	--	--
Lucro líquido do período	--	--	--	--	--	--	--	1.591.887	1.591.887
Destinações:	15.c	--	--	--	--	--	--	--	--
- Reservas	--	--	--	79.595	--	--	--	(79.595)	--
- Dividendos (R\$ 15.122,92 por lote de mil ações)	--	--	--	--	--	--	--	(1.512.292)	--
Saldos em 31.12.2021		1.191.207	1.616	101.534	1.081.508	153	(1.616)	--	1.300.180
Mutações do exercício		1.081.508	161	79.595	(1.081.508)	7.286	(161)	--	86.881

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela nossa equipe de Análise de Crédito, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões, mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas no Manual de Análise de Crédito e Operações Estruturadas, aprovado pela nossa Diretoria Executiva, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Ativos, órgão colegiado formado por cinco executivos, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos nossos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização da relação risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

Para a gestão do risco de crédito do portfólio utilizamos a métrica Grau de Especificidade de Ativos (GEA), que incorpora os fatores de risco prazo, Índice de Herfindahl-Hirschman (HHH), rating e participação no patrimônio líquido do fundo, visando capturar possíveis impactos no curso natural da qualidade de crédito que se busca atender.

A mensuração do Risco de Crédito é realizada considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes nas carteiras de crédito dos fundos de investimento que possam ser avaliados, que possibilitem a manutenção consistente de seus históricos mensais de avaliação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a métrica de cálculo do Risco de Crédito considera nula ou inexistente sua participação no resultado da mensuração.

A avaliação qualitativa do risco de crédito em condições de estresse, para os ativos do fundo, é realizada mediante aplicação de parâmetros de choque definidos sobre o rating dos instrumentos do emissor mais concentrado, os quais refletem situações de redução da qualidade de sua classificação de risco.

Riscos Corporativos

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da



BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM ou Instituição) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, com atuação em todo o território nacional. Tem por objeto a prática de operações inerentes à compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A BB DTVM apresenta como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). A BB DTVM observou também o requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação para o cálculo do lucro por ação.

Estas demonstrações contábeis individuais foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 21.02.2022.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da BB DTVM. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a BB DTVM continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, a BB DTVM possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da BB DTVM no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos os países contribuíram para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2020, exceto nos casos indicados no item "f" desta Nota.

e) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN n.º 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN n.º 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN n.º 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN n.º 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN n.º 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN n.º 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN n.º 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução BCB n.º 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN n.º 4.748/2019

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A BB DTVM aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

f) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas aplicáveis a partir de 01.01.2021

Resolução CMN n.º 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A referida Resolução entrou em vigor a partir de 01.01.2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 01.01.2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

A BB DTVM avaliou a referida Resolução e concluiu que adota os procedimentos indicados.

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN n.º 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/2020 entra em vigor em 01.01.2022.

A BB DTVM iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

Resolução CMN n.º 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis.

A BB DTVM avaliou a norma e concluiu que as práticas atuais adotadas quanto à mensuração e ao reconhecimento são consistentes com o arcabouço normativo de princípios relacionados a receitas proposto pelo pronunciamento CPC 47. Portanto, embora o reconhecimento e mensuração não possuam alterações relevantes, os requerimentos de evidência possuem maiores detalhes do que o arcabouço normativo anterior.

Em função da extensão dos novos requerimentos, a BB DTVM está avaliando os possíveis impactos para o processo de evidência contábil.

A Resolução CMN n.º 4.924/2021 entra em vigor em 01.01.2022.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

A Resolução n.º 4.966/2021 entra em vigor em 01.01.2025, exceto para alguns itens normativos, cuja vigência é a partir de 01.01.2022.

Os itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022 contemplam os seguintes aspectos, aplicáveis às instituições sujeitas à norma:

- determinou a elaboração e remessa ao Bacen de plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida nessa Resolução (art. 76), até 30.06.2022;
- facultou a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil Cosif, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução CMN n.º 4.818/2020;
- determinou que a mensuração de investimentos mantidos para venda ocorra pelo valor contábil deduzido de provisões para redução ao valor recuperável ou pelo valor justo deduzido das despesas para venda, dos dois o menor (art. 24).

A BB DTVM não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2022, e iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01.01.2025, os quais serão concluídos até a data de sua vigência.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços da BB DTVM são compostas, principalmente, por rendas com taxas de administração de fundos de investimentos e carteiras administradas. A taxa de administração é calculada sobre o patrimônio líquido diário do fundo ou carteira, conforme percentual previsto no regulamento, e apropriada diariamente.

Além da taxa de administração, a Instituição pode receber, semestralmente, receitas de taxa de performance, desde que previsto no regulamento do fundo de investimento. Essa receita é obtida sobre uma parcela da rentabilidade do fundo que exceda a variação de um índice de desempenho previamente determinado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB DTVM, estão mensurados a valor presente, uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 5 e 6).

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 6).

f) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 7) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 11.a).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20,00%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

(1) Alíquota alterada de 15% para 20% para a BB DTVM no período de 01.07.2021 a 31.12.2021, de acordo com o art. 1º da Lei nº 14.183, de 14.07.2021.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 16.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 16.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. A majoração da contribuição social sobre o lucro líquido estabelecida no artigo 1º da Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, e do disposto no artigo 10, parágrafo único, da Resolução CMN n.º 4.842/2020, não foi considerada para os ativos e passivos fiscais diferidos desse tributo devido à sua vigência até 31.12.2021. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 4.842/2020, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável (Nota 12).

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (*impairment*), reconhecida na Demonstração do Resultado.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A BB DTVM constitui provisões (Nota 19) quando as condições mostram que:

- o risco de perda é provável e o valor contábil é maior que o seu valor recuperável;
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

A BB DTVM monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- uma opinião dos advogados; e
- a experiência com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, a BB DTVM considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorrerem antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exígivel, são reconhecidos como ativo.

m) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

n) Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R\$).

o) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

p) Resultados Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ao estágio relacionado apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 20.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetem os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB DTVM poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB DTVM e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, a BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independente de haver indicação de desvalorização, a BB DTVM testa o valor recuperável dos ativos alcançados pelo CPC 01, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

Em 2020, a BB DTVM reavaliou a metodologia de contabilização e provisionamento dos certificados audiovisuais (CAV), à luz dos critérios de mensuração e reconhecimento das práticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros, com o objetivo de registrá-los a valores recuperáveis, incluindo a avaliação de recuperabilidade para cada filme.

Sendo assim, após realizações de estudos, com intuito de reduzir o prazo de perda por imparidade dos CAVs, que até 2019 eram em 10 anos, foi definida a perda por imparidade de 100% dos ativos no ano de aquisição, além de todo estoque existente.

A nova metodologia refletirá melhor os valores não recuperáveis dos Certificados, uma vez que o benefício fiscal ocorre integralmente no ano de aquisição, e de não haver liquidez no mercado secundário para esse tipo de ativo.

Entende-se assim que, apesar da baixa do ativo ocorrer no ano de aquisição, os benefícios fiscais, os ganhos de imagem, com a exibição da obra em diversos meios de comunicação, e possíveis ganhos financeiros, com a participação no faturamento líquido da obra, permanecerão vinculados ao processo.

Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela BB DTVM estão sujeitas ao pagamento de impostos onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB DTVM no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB DTVM, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB DTVM possui expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB DTVM é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB DTVM para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB DTVM que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- alterações nas taxas de juros;
- mudanças nos índices de inflação;
- processos ou disputas judiciais adversas;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de investimento;
- mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- mudanças nas condições econômicas internas e externas.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exígivel, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	5.423	808
Depósitos bancários	5.423	808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	2.608.433	2.174.306
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	2.608.433	2.174.306
Total	2.613.856	2.175.114

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam baixo risco de mudança de valor justo.



BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendidas a Liquidar – posição bancada	2.608.433	2.174.306
Letras Financeiras do Tesouro	2.228.436	2.174.306
Notas do Tesouro Nacional	379.997	–
Total	2.608.433	2.174.306
Ativo circulante	2.608.433	2.174.306

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto			
Posição bancada	66.760	89.562	33.018
Letras Financeiras do Tesouro	66.760	89.562	33.018
Total	66.760	89.562	33.018

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Vencimento em Dias	31.12.2021					31.12.2020			
	Sem vencimento	Até 360	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos Disponíveis para Venda (1)	9.801	365.027	78.517	440.342	453.345	13.003	16.509	16.776	267
Títulos Públicos	--	365.027	78.517	430.542	443.544	13.002	--	--	--
Letras Financeiras do Tesouro	--	365.027	78.517	430.542	443.544	13.002	--	--	--
Títulos Privados	9.801	--	--	9.800	9.801	1	16.509	16.776	267
Cotas de fundos de investimento	9.801	--	--	9.800	9.801	1	16.509	16.776	267
Total	9.801	365.027	78.517	440.342	453.345	13.003	16.509	16.776	267

(1) O total do saldo de investimentos corresponde à carteira própria.

	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total	374.828	78.517	453.345	16.776	--	16.776
Títulos Disponíveis para Venda	374.828	78.517	453.345	16.776	--	16.776

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2021	31.12.2020
Total por Categoria	453.345	100%
Títulos disponíveis para venda	453.345	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2021		31.12.2020	
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos Disponíveis para Venda					
BB Asset Ações Agro	BB DTVM	5.000.000	5.000	5.227	--
BB Asset Ações Nordea Global Disruption ESG IE FIC FI	BB DTVM	1.200.000	1.200	1.232	--
BB MM BRL Alloc Balance PVT IE	BB DTVM	1.200.000	1.200	1.205	--
BB MM FX Alloc Balance PVT IE	BB DTVM	1.200.000	1.200	1.195	--
BB Ações Vale I FI	BB DTVM	1.200.000	1.200	942	--
BB Previdenciário Multimercado Alocação FI	BB DTVM	--	--	--	5.309
BB Asset Ações US Biotech BDR Nível I FIC FI	BB DTVM	--	--	--	1.548
BB Espelho Multimercado Canvas Vector	BB DTVM	--	--	--	1.519
BB Espelho Multimercado Occam Equity Hedge	BB DTVM	--	--	--	1.502
BB Espelho Ações Leblon	BB DTVM	--	--	--	1.500
BB Asset Ações Nordea Global Climate	BB DTVM	--	--	--	1.202
BB Asset Multimercado Nordea Alpha 15	BB DTVM	--	--	--	1.195
BB RF Tesouro Inflação Curta	BB DTVM	--	--	--	1.001
BB RF LP Tesouro Inflação FIC FI	BB DTVM	--	--	--	1.000
BB RF Tesouro Prefixado	BB DTVM	--	--	--	1.000
Total		9.800.000	9.800	9.801	16.776
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura (1)	BB DTVM	5.742	--	--	--
Total		5.742	--	--	--

(1) FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura teve o saldo integralmente desvalorizado em 30.09.2017.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	50.957	51.306	3.646
Total	50.957	51.306	3.646

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários em 31.12.2021 e 31.12.2020.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31.12.2021 e 31.12.2020.

e) Determinação do Valor Justo

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001. A apuração do valor justo dos títulos é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

f) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela Instituição são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Instituição estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2021			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	453.345	443.544	9.801	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	453.345	443.544	9.801	--
Total	453.345	443.544	9.801	--
	31.12.2020			
	Saldo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	16.776	--	16.776	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	16.776	--	16.776	--
Total	16.776	--	16.776	--

8 - RENDAS A RECEBER

	31.12.2021	31.12.2020
Bônus de performance	17.793	90.715
Taxa de administração mensal de fundos	15.207	11.362
Taxa de administração diária de fundos	6.497	9.881
Taxa de administração de carteiras	4.227	3.986
Distribuição de cotas	2.540	2.802
Taxa de administração de fundos - outros bancos	300	735
Taxa de gestão de fundos	176	221
Total	46.740	119.702
Ativo circulante	46.740	119.702

9 - NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

a) Negociação e intermediação de valores - Ativos Financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Devedores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas (1)	463.330	249.722
Total	463.330	249.722
Ativo circulante	463.330	249.722

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

b) Negociação e intermediação de valores - Passivos Financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Cretores – liquidações pendentes – pessoas físicas e jurídicas (1)	461.085	248.523
Cretores – liquidações pendentes – outros (2)	906	877
Total	461.991	249.400
Passivo circulante	461.991	249.400

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outs.

10 - OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos Financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Devedores por depósitos em garantia (1) (Nota 19.d)	63.125	63.127
Opções por incentivos fiscais	834	834
Total	63.959	63.961
Ativo não circulante	63.959	63.961

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

b) Outros Ativos

	31.12.2021	31.12.2020
Devedores diversos – País	4.510	9.544
Despesas antecipadas	288	289
Outros	(164)	(164)
Total	4.634	9.669
Ativo circulante	4.634	9.669

c) Outros Passivos

	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos e bonificações a pagar	782.296	268.330
Valores a pagar a sociedades ligadas	15.713	13.840
Cretores diversos - País	54	78
Total	798.063	282.248
Passivo circulante	798.063	282.248

11 - PROVISÕES

a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito - Outros Ativos Financeiros

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Saldo Inicial	667	680	740
Constituição/Reversão	(137)	(150)	(60)
Saldo Final (1)	530	530	680
Ativo não circulante	530	530	680

(1) Provisão constituída em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor, de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

b) Outras provisões

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para pagamentos a efetuar	1.344	1.336
Provisão para participações nos lucros	2.045	1.664
Gratificações e participações a pagar	423	291
Total	3.812	3.291
Passivo circulante	2.578	2.313
Passivo não circulante	1.234	978

12 - INVESTIMENTOS

	31.12.2021	31.12.2020
Ações e cotas (1)	2.000	2.000
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	2.019	2.019
(Perdas por redução ao valor recuperável)	(19)	(19)
Total	2.000	2.000

(1) Refere-se a aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB).

13 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Administração de fundos de investimento (1)	1.182.986	2.203.163	2.002.996
Fundos de rede	696.171	1.289.157	1.115.460
Fundos exclusivos	473.279	909.806	865.603
Fundos extramercado	13.536	24.200	20.297
Fundos de capital estrangeiro	--	--	1.636
Bônus de performance	24.479	39.774	97.274
Administração de carteiras	23.722	44.746	67.360
Distribuição de cotas de fundos de investimento (2)	16.194	34.860	31.385
Taxas de gestão recebidas do exterior	2.562	5.667	2.547
Taxa de saída	1.893	3.137	8.345
Gestão de fundos de investimento	977	2.309	2.300
Outras	370	556	522
Total	1.253.183	2.334.212	2.212.729

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Rendas de serviços diferenciados – pessoas físicas	360.889	713.041	761.543
Total	360.889	713.041	761.543

c) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Proventos	(33.391)	(64.700)	(64.471)
Encargos sociais	(14.005)	(27.140)	(26.900)
Benefícios	(5.299)	(10.245)	(9.851)
Honorários	(2.735)	(6.583)	(5.349)
Outras	(817)	(1.361)	(1.880)
Total	(56.246)	(109.029)	(108.251)

(1) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Contribuições filantrópicas (1)	(9.184)	(11.129)	(4.098)
Promoções e relações públicas	(7.216)	(7.423)	(1.224)
Comunicações	(6.455)	(11.369)	(9.607)
Processamento de dados	(5.728)	(6.196)	(576



BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

d) Outros Resultados Abrangentes

	Exercício/2021			Exercício/2020		
	31.12.2020 Saldo	Movimentação	31.12.2021 Saldo	31.12.2019 Saldo	Movimentação	31.12.2020 Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios	268	12.734	13.002	2.685	(2.417)	268
Efeitos tributários	(115)	(5.448)	(5.563)	(1.149)	1.034	(115)
Total	153	7.286	7.439	1.536	(1.383)	153

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2021, foram adquiridas 29.585 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2020 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 5.929 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 2.078 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016, 4.052 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017, 2.842 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2018 e 3.197 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2019.

Em março de 2020, foram adquiridas 15.998 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2019 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 15.f). Para esse programa foi realizada a transferência imediata de 3.210 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 5.220 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015, 2.078 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2016, 4.052 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2017 e 2.842 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2018.

A empresa detém 42.983 ações (31.496 ações em 31.12.2020) correspondente ao saldo de R\$ 1.616 mil (R\$ 1.455 mil em 31.12.2020).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2017 ⁽¹⁾	20.270	42,65	16.218	4.052	03/2022
Subtotal				4.052	
Programa 2018	14.218	53,44	8.534	2.842	03/2022
Subtotal				2.842	03/2023
Programa 2019	15.998	46,07	6.407	3.197	03/2022
Subtotal				3.197	03/2023
Programa 2020	29.585	29,65	5.929	3.197	03/2024
Subtotal				3.197	03/2024
Total				9.591	03/2025
Total				23.656	
Total				42.983	

(1) As 1.197 ações, adquiridas ao custo médio de R\$ 26,78, que foram marcadas como pertencentes ao Programa RVA 2012, foram destinadas para utilização no Programa RVA 2017.

g) Programa de Desempenho Gratificado (PDG):

O Conselho de Administração da BB DTVM aprovou em reunião de 19.06.2020, a implementação do Programa de Desempenho Gratificado (PDG), a partir do 2º semestre de 2020.

O PDG é uma premiação vinculada ao resultado e ao desempenho dos participantes, concedida semestralmente, que visa o reconhecimento do esforço individual e coletivo dos participantes que atingirem resultados superior ao ordinariamente esperado, contribuindo para a construção do resultado da BB DTVM.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa e o no Plano Diretor da BB DTVM.

O programa determina que a forma de pagamento esteja alinhada ao programa do Banco do Brasil. Diante disso, o pagamento da premiação no valor de R\$ 1.304 mil, referente ao 1º semestre de 2021, foi realizado em espécie no dia 29.10.2021 (R\$ 1.264 mil - 2º semestre de 2020), através de 100% do valor creditado em conta corrente, seguindo a forma de pagamento determinada pelo Banco do Brasil.

16 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Valores Correntes	(670.867)	(1.180.916)	(1.031.644)
IR e CSLL no País	(670.867)	(1.180.916)	(1.031.644)
Valores Diferidos	1.157	(1.344)	(765)
Ativo Fiscal Diferido	1.157	(1.344)	(765)
Diferenças intertemporais	1.157	(1.344)	(765)
Total	(669.710)	(1.182.260)	(1.032.409)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Resultado antes dos Tributos e Participações	1.494.434	2.776.963	2.579.734
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%) ⁽¹⁾	(672.495)	(1.249.633)	(1.031.894)
Efeito da majoração da alíquota da CSLL ⁽²⁾	2.785	3.617	—
Outros valores	2.785	3.617	(515)
IR e CSLL do período	(669.710)	(1.182.260)	(1.032.409)

(1) Majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% para a BB DTVM, no período de 01.07.2021 a 31.12.2021, de acordo com o art. 1º da Lei nº 14.183, de 14.07.2021.

(2) Valor refere-se à majoração da alíquota da CSLL em 5% sobre a base de cálculo da CSLL de 30.06.2021.

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Cofins	(69.290)	(127.567)	(120.482)
ISSQN	(32.435)	(61.037)	(60.218)
PIS/Pasep	(11.260)	(20.730)	(19.579)
Outras	(122)	(438)	(446)
Total	(113.107)	(209.772)	(200.725)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2021	31.12.2020
Decorrentes de Marcação a Mercado	117	117
Total das obrigações fiscais diferidas	5.676	117
Imposto de Renda	3.162	65
Contribuição Social	1.897	39
Cofins	531	11
PIS/Pasep	86	2
Passivo circulante	5.676	117

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado	31.12.2020		01.01 a 31.12.2021		31.12.2021	
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo	Saldo	Saldo
Diferenças Temporárias	7.083	6.074	7.308	5.849		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	102	6	28	80		
Provisões passivas - fiscais	2.665	1.016	2.355	1.326		
Provisões passivas - outras	228	3.583	113	3.698		
Marcação a mercado	2	1.156	1.046	112		
Provisão para perdas permanentes	3.558	—	3.232	326		
Outras provisões	528	313	534	307		
Total dos Créditos Tributários Ativos	7.083	6.074	7.308	5.849		
Imposto de Renda	4.205	3.518	4.318	3.405		
Contribuição Social	2.878	2.430	2.876	2.432		
Cofins	—	108	98	10		
Pis/Pasep	—	18	16	2		
Ativo não circulante	7.083	—	—	5.849		

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação semestral, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2022	2.005	1.897
Em 2023	6	5
Em 2024	381	296
Em 2025	664	484
Em 2026	781	535
Em 2027	727	468
Em 2028	563	341
Em 2029	368	210
Em 2030	204	109
Em 2031	150	74
Total de créditos tributários em 31.12.2021	5.849	4.419

No exercício de 2021, observou-se que houve realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R\$ 7.308 mil.

17 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração da BB DTVM, formado pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, foram:

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Honorários e encargos sociais	2.605	5.323	5.090
Diretoria Executiva	2.355	4.863	4.687
Conselho de Administração	250	460	403
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	462	1.224	1.017
Total	3.067	6.547	6.107

Além disso, apesar do reduzido grau de risco a que estão sujeitos, a BB DTVM contrata seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva.

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 15.f).

A BB DTVM não concedeu empréstimos ao Pessoal-Chave da Administração no período.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB), que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. Além disso, a BB DTVM realiza doações de recursos à Entidades de apoio à criança e ao adolescente, à idosos e de amparo a saúde. No 2º Semestre/2021 e no Exercício/2021, a BB DTVM realizou, respectivamente, contribuições filantrópicas nos valores de R\$ 9.164 mil e R\$ 11.129 mil (R\$ 3.444 mil no 2º Semestre/2020 e R\$ 4.098 no Exercício/2020) (Nota 13.d).

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, de depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para resarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2021			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 5)	5.423	—	—	5.423
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a)	2.608.433	—	—	2.608.433
Rendas a receber de administração de carteiras (1)	—	2.244	—	2.244
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c)	782.296	—	—	782.296
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c)	15.713	—	—	15.713
2º Semestre/2021				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	66.760	—	—	66.760
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	—	18.888	—	18.888
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	—	342.220	—	342.220
Meios de Pagamento (3)	—	152	—	152
Investimentos (4)	—	—	—	—
Outros(5)	—	81	—	81
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	—	3.562	—	3.562
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	—	—	—	—
Despesas tributárias	(92)	—	—	(92)
Despesas de pessoal	(55.830)	—	—	(55.830)
Despesas administrativas diversas	(22.014)	—	—	(22.014)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(905)	—	—	(905)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(12.937)	—	—	(12.937)
Variáveis monetárias passivas (Nota 13.f)	(6.016)	—	—	(6.016)
Outras despesas operacionais	(255)	—	—	(255)

	31.12.2020			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	89.562	—	—	89.562
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	—	35.079	—	35.079
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	—	664.443	—	664.443
Meios de Pagamento (3)	—	363	—	363
Investimentos (4)	—	—	—	—
Outros(5)	—	135	—	135
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	—	6.881	—	6.881
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	—	—	—	—
Despesas tributárias	(386)	—	—	(386)
Despesas de pessoal	(108.250)	—	—	(108.250)
Despesas administrativas diversas	(33.377)	—	—	(33.377)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(1.663)	—	—	(1.663)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 13.f)	(26.144)	—	—	(26.144)
Variáveis monetárias passivas (Nota 13.f)	(6.899)	—	—	(6.899)
Outras despesas operacionais	(441)	—	—	(441)

	31.12.2020			
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Pessoal-chave da administração	Total
Ativos				
Disponibilidades (Nota 5)	808	—	—	808
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a)	2.174.306	—	—	2.174.306
Rendas a receber de administração de carteiras (1)	—	1.715	—	1.715
Passivos				
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 10.c)	268.330	—	—	268.330
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10.c)	13.840	—	—	13.840
2º Semestre/2020				
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	16.146	—	—	16.146
Rendas de taxas de administração de carteiras (1)	—	26.385	—	26.385
Rendas de serviços prestados a ligadas - por Segmentos:				
Seguros, Previdência e Capitalização (2)	—	338.264	—	338.264
Meios de Pagamento (3)	—	220	—	220
Investimentos (4)	—	—	—	—
Outros(5)	—	55	—	55
Rendas de serviços prestados a Entidades Patrocinadas (6)	—	3.197	—	3.197
Rendas de serviços prestados ao Pessoal-chave da administração	—	—	7	7
Despesas tributárias	(109)	—	—	(109)
Despesas de pessoal	(53.782)	—	—	(53.782)
Despesas administrativas diversas	(11.938)	—	—	(11.938)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(804)	—	—	(804)
Banco do Brasil - suporte operacional	(13.272)	—	—	(13.272)
Variáveis monetárias passivas	(3.538)	—	—	(3.538)
Outras despesas operacionais	(231)	—	—	



BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	1.918	7.818	241
Acima de 5 anos	1.398	1.161	25
Total	3.316	8.979	266

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisões.

Saldo dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas fiscais ⁽¹⁾	233.004	290.891
Demandas cíveis	10	10
Total ⁽²⁾	233.014	290.901

(1) As principais contingências têm origem em autos de infração lavrados pela Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, visando à cobrança do ISSQN, no montante de R\$ 205.020 mil, sendo certo que todos os autos de infração indicados estão 'sub judice' e os respectivos julgamentos devidamente garantidos.

(2) Não há demandas trabalhistas classificadas com possíveis.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldo dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	62.767	62.968
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	45.221	46.727
Para Interposição de Outros Recursos Fiscais	17.546	16.241
Demandas trabalhistas	199	--
Demandas cíveis	159	159
Total	63.125	63.127

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2021 e 31.12.2020 não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

20 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados "Itens não recorrentes", com o respectivo efeito fiscal e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Reversão de provisão sobre sentença favorável à BB DTVM: referente ao processo de lançamento de DARFs em duplicidade na DCTF. O objeto da ação foi a diferença de IOF no exercício de 1999, no valor histórico de R\$ 445.494,65. Foi alterada a probabilidade de êxito do autor (União) de 80% para 50%, gerando a reversão na provisão fiscal, com baixa possibilidade de alteração no Tribunal Recursal.

Ação anulatória desfavorável à BB DTVM: despesa decorrente de ação anulatória julgada improcedente de forma definitiva.

Despesas com provisões para contingências fiscais: referente à adesão ao programa Concilia Rio, devido à baixa probabilidade de êxito em processos que tinham a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro como parte.

Resgate de Cotas FDS: referente à alienação de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), conforme o disposto da Resolução do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social n.º 223, de 27/08/2021.

	2º Semestre/2021	Exercício/2021	Exercício/2020
Lucro Líquido	823.470	1.591.887	1.545.012
Itens não Recorrentes			
Rendas de Aplicações no Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	(49.123)	(49.123)	--
Reversão de Perdas Permanentes - Resgate de Cotas FDS	(8.776)	(8.776)	--
Provisões para Contingências Cíveis	8.930	8.930	--
Reversão de demanda fiscal sobre sentença favorável	--	(5.800)	--
Ação Anulatória julgada improcedente	--	1.968	--
Adesão ao programa Concilia Rio	--	--	3.256
Baixa de certificados audiovisuais	--	--	52.361
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente			
Reversão de Crédito Tributários (IRPJ/CSLL) - Resgate de Cotas FDS	3.510	3.510	--
Despesas Tributárias sobre a Receita e Lucro apurado (Pis/Pasep, Cofins, IRPJ, CSLL) - Resgate de Cotas FDS	24.389	24.389	--
Demais	(3.572)	(2.015)	(22.247)
Resultado Recorrente	798.828	1.564.910	1.578.382

21 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A BB DTVM considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para gestão dos riscos em que está sujeita por força do segmento de negócio em que atua, sendo acompanhados os seguintes riscos:

- Risco Operacional;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Reputação;
- Risco de Segurança da Informação e Cibernética;
- Risco Socioambiental;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco de Crédito.

O processo de gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros que compõem a carteira própria é realizado a partir de análise em condições de normalidade e estresse, incluindo acompanhamento de descausamento entre ativo e passivo em relação à exposição em diferentes indexadores e avaliação de impacto no lucro da empresa decorrente de resultado financeiro inferior ao custo de oportunidade.

A exposição aos riscos de mercado e liquidez é gerenciada considerando-se limites, procedimentos e metodologias aprovados no Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI), fórum composto por Diretores.

É utilizado, quando aplicável, a metodologia de Value-at-Risk (VaR) para o gerenciamento do risco de mercado da carteira própria, mediante a estimação da perda potencial máxima esperada em determinado horizonte temporal com intervalo de confiança estabelecido.

Nível mínimo de ativos líquidos de alta qualidade, com alto grau de conversão em espécie, é mantido para a cobertura da exposição ao risco de liquidez, além de um Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar, controlar e reportar estado de estresse.

Na BB DTVM, o gerenciamento de riscos da carteira própria é realizado de forma segregada das atividades de negócios e de auditoria interna.

Estruturamos o gerenciamento do Risco Operacional com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o mesmo, adotando estrutura de governança e gestão do risco compatível com o porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

Riscos de estratégia e de reputação são geridos utilizando-se uma abordagem por indicadores que refletem o nível de risco incorrido pela empresa em cada uma de suas dimensões, estando alinhado tanto ao Planejamento Estratégico quanto ao Plano Diretor da companhia. São definidos limites para tais indicadores de controle, os quais são monitorados de forma a assegurar o gerenciamento proativo da tomada de decisão.

Monitoramos, por meio do Controlador, de forma contínua, os ativos de informação abrangidos na infraestrutura de TI provida pelo controlador, os procedimentos, controles e tecnologias para reduzir as vulnerabilidades da instituição a incidentes, atendendo aos objetivos da segurança cibernética. Usufruímos do gerenciamento do risco cibernético realizado pelo Controlador.

A gestão do risco socioambiental é balizada pela Política Específica de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), Política Específica de Gerenciamento de Risco de Crédito, abrangendo Risco de Crédito da Contraparte (RCC) e de Concentração em Fundos de Investimento sob a gestão da BB DTVM e Política Específica de Relacionamento da BB DTVM com Fornecedores, todas aprovadas pelo Conselho de Administração. As diretrizes dessas políticas, ao incorporarem fatores socioambientais (situações e/ou circunstâncias que podem levar ao aumento da probabilidade de ocorrência de risco) nas decisões de investimento e práticas de seleção de ativos, buscam mitigar os riscos, ampliar o retorno financeiro e atender às expectativas dos stakeholders.

As políticas de gestão de riscos são analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa.

Acompanhamentos específicos para os riscos relacionados são realizados em reuniões ordinárias do Comitê Superior de Gestão de Riscos e Controles Internos (CSGRCI) e do Conselho de Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas da

BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BB DTVM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB DTVM, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

b) Gerenciamento de Capital

É de responsabilidade do Controlador o gerenciamento de capital do conglomerado prudencial, no qual a BB DTVM está incluída, conforme Resolução CMN n.º 4.557/2017.

22 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Majoração de alíquota de tributo

Em 14.07.2021, a Medida Provisória n.º 1.034 foi convertida na Lei n.º 14.183/2021 que alterou a Lei n.º 7.689/1988 para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, referidas no inciso II do parágrafo 1º do art. 1º da Lei Complementar n.º 105/2001, para 20%, no período de julho a dezembro de 2021, com reestabelecimento da alíquota de 15% a partir de 01.01.2022.

b) Pandemia Coronavírus (Covid-19)

Desde o 1º Trimestre/2020, a economia mundial vem sendo impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a BB DTVM, em consonância com o seu controlador Banco do Brasil, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparada para continuar atendendo às demandas, conforme comunicado ao mercado em 24.03.2020.

Adicionalmente, a BB DTVM está trabalhando para preservar a regularidade de suas atividades e a continuidade das operações.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Acordo Coletivo de Trabalho

O Banco do Brasil, controlador da BB DTVM, assinou o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com as Entidades Sindicais no dia 16.07.2020, tendo por finalidade minimizar os impactos decorrentes da pandemia da Covid-19. As novas regras são específicas para este período e temporárias e passam a ter validade de 2 (dois) anos a contar da sua assinatura. Principais temas celebrados no presente Acordo Coletivo:

- **Home office, teletrabalho ou trabalho à distância:** prioriza a utilização para os funcionários pertencentes ao grupo de risco.
- **Férias:** passam a ser comunicadas com 5 dias de antecedência, serão preservados 15 dias do período em aquisição para utilização futura quando houver antecipação; e abono dos dias 7, 8, 9, 28 e 29.04.2020 para os funcionários que receberem comunicado de férias por iniciativa da empresa e encontravam-se em situação diferente de força de trabalho real.
- **Banco de horas negativo:** aplica-se a todos os funcionários sujeitos a controle de jornada, sem necessidade de adesão; prazo de 18 meses para compensação das horas negativas realizadas desde o dia 07.04.2020; para o uso do banco de horas, permanece a necessidade de negociação entre o funcionário e o gestor; desconto de 10% sobre o saldo das horas negativas acumuladas até julho e, sobre o saldo mês a mês a partir de agosto até dezembro de 2020.
- **Demais compromissos decorrentes da negociação:** não descomissionamento por desempenho durante a pandemia; possibilidade de utilização do saldo positivo do banco de horas, juntamente com outras situações de ausências, para descanso pós pandemia, prioritariamente para os funcionários que se encontram no atendimento presencial; manutenção da possibilidade, mesmo que em rodízio, de o gestor abonar 1 ou 2 horas para os funcionários que estão em atendimento presencial nas agências.

Além da assinatura do acordo, destacam-se as seguintes ações adotadas pela BB DTVM:

Funcionários e colaboradores

- Comunicação com os funcionários, visando a constante orientação específica para o trabalho e atendimento, conforme a evolução da doença no País;
- Suspensão de viagens internacionais e nacionais;
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- Reforço da higienização dos ambientes e espaços;
- Liberação de terceirizados;
- Afastamento por 14 dias de funcionários que tenham sintomas e que tiveram contato com casos confirmados ou suspeitos (isolamento social);
- Afastamento por sete dias dos funcionários oriundos de qualquer país a contar da data de saída do exterior (isolamento social);
- Priorização do trabalho remoto (home office) de acordo com a criticidade do processo e natureza do trabalho e para funcionários considerados como grupo de risco;
- Redirecionamento dos ramais telefônicos;
- Flexibilização dos horários de trabalho, de alteração de período de férias e da utilização de licenças.

Clientes e usuários

- Compromisso com a manutenção do atendimento, por telefone ou e-mail, e prestação dos serviços de gestão e administração de recursos.

Implicações contábeis relacionadas aos efeitos da Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis da BB DTVM. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pela BB DTVM foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem, com maior nível de confiabilidade, a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pela BB DTVM.

ii) Receitas de prestação de serviços

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações no resultado da RPS por possível adequação/redução na taxa de administração, por posicionamento e maior competitividade no mercado em que atua.

A BB DTVM permanece atenta à evolução da pandemia, avaliando o seu impacto nos negócios, visando a sustentabilidade da empresa.

iii) Distribuição de lucros

Em cumprimento a Resolução CMN n.º 4.820, de 29 de maio de 2020, posteriormente alterada pela Resolução n.º 4.885 de 23.12.2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) do Exercício 2020 ficou limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976. O Conselho de Administração aprovou, para o Exercício 2021, a distribuição de 100% do lucro líquido sob a forma de dividendos, deduzidas as destinações legais.

iv) Gerenciamento de riscos e capital

- Liquidez - Suficiência para suportar longos períodos de estresse.

Aperfeiçoamento nas regras de Risco

- Crédito, Mercado e Negócios – Manutenção da Política de Investimento dos Recursos Próprios, com diretriz principal de investimento em Operações Compromissadas com o Controlador;
- Risco Operacional - Identificação e mitigação de eventos de riscos operacionais (trabalho remoto, monitoramento de ocorrências, prevenção de fraudes);
- Reputação – Acompanhamento da assertividade das medidas e de seus impactos, de forma a mitigar eventuais consequências negativas.

v) Redução ao valor recuperável dos ativos

A BB DTVM realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes do Covid-19 nos valores recuperáveis de investimentos.

vi) Valor justo dos instrumentos financeiros

Conforme estabelecido no item iv acima, a BB DTVM adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, permitindo verificar possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, não tiveram impacto significativo nas presentes demonstrações contábeis.

vii) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as projeções de resultado da BB DTVM pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

viii) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

ix) Planos de reorganização

Não há expectativa de que ocorram reestruturações como a venda ou fechamento de parte do negócio ou a redução de operações em decorrência da crise ocasionada pela Covid-19.

x) Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios.

Tributos próprios:

Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria n.º 139/2020 do Ministério da Economia. A BB DTVM não adotou a faculdade concedida.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n.º 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Luiz Carlos Oseleri Filho
Contador
CRC n.º 1 SP 23471/O-6





BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ - CNPJ 30.822.936/0001-69

Exercício encerrado em 2021

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo semestre de 2021

Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Estatuto Social do Banco do Brasil S.A. (BB) e seu Regimento Interno. Assessoria o Conselho de Administração (CA) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições.

O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação e atuação conjunta com o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da BB DTVM. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

A Ernst & Young (EY), a KPMG Auditores Independentes (KPMG) e a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) são responsáveis pelas auditorias dos fundos de investimentos administrados pela BB DTVM.

Atividades do Período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas, na forma de extratos, nos endereços eletrônicos www.bb.com.br/ri e www.bbdv.com.br.

No período, realizou reuniões com representantes da Administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como com seus respectivos Conselhos de Administração e Fiscal, Coris, Auditorias Interna e Independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões entre os membros do Coaud.

Nessas reuniões abordou os temas sob seu acompanhamento, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, transações com partes relacionadas, exposições de risco e contabilidade.

Nas demonstrações contábeis da Companhia não foi identificada exposição atuarial.

O Comitê apresentou pareceres relativos aos temas de sua competência ao CA da BB DTVM. Emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a auditoria independente e a administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB DTVM e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- a Deloitte atua com efetividade e independência;
- não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações em transações com partes relacionadas da BB DTVM;
- as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração;
- as demonstrações contábeis da BB DTVM de 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
Egídio Otmar Ames
(coordenador)

(assinado eletronicamente)
Aramis Sá de Andrade

(assinado eletronicamente)
Marcos Tadeu de Siqueira

(assinado eletronicamente)
Rachel de Oliveira Maia

(assinado eletronicamente)
Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. manifesta-se, nesta data, favorável quanto ao encaminhamento do Relatório da Administração e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria à Assembleia Geral para deliberação e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, recomenda a aprovação das contas da Diretoria referentes ao exercício de 2021.

Em 21 de fevereiro de 2022.

João Carlos de Nobrega Pecego
Andrea Cecilia Kerr Byk Contrucci
Fernando Manuel Pereira Afonso Ribeiro
Manoel Gimenes Ruy

Adler Anaximandro de Cruz e Alves
Eder Luiz Menezes de Faria
João Pinto Rabelo Júnior
Thiago Longo Menezes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis – incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício efetuado pela Administração relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes – Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação e deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de fevereiro de 2022.

Fernando Wandscheer de Moura Alves
Presidente

Carlos Alexandre Jorge Da Costa
Conselheiro

Gustavo José de Guimarães e Souza
Conselheiro

DIRETORIA

PRESIDENTE

Aroldo Salgado de Medeiros Filho

DIRETORES

Aguinaldo Barbieri

Julio Cesar Vezzaro

Marcelo Marques Pacheco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Andrea Cecilia Kerr Byk Contrucci

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

Eder Luiz Menezes de Faria

Fernando Manuel Pereira Afonso Ribeiro

João Pinto Rabelo Júnior

João Carlos de Nobrega Pecego

Manoel Gimenes Ruy

Thiago Longo Menezes

CONSELHO FISCAL

Carlos Alexandre Jorge Da Costa

Fernando Wandscheer de Moura Alves

Gustavo José de Guimarães e Souza

COMITÊ DE AUDITORIA

Egídio Otmar Ames

Aramis Sá de Andrade

Marcos Tadeu de Siqueira

Rachel de Oliveira Maia

Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

541.035.920-87

